



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F
2ª ICE-Div. Contas
Folha nº: 55
Proc. nº: 773/03
Rubrica

PROCESSO Nº 773/03

INFORMAÇÃO Nº 070/04

APENSO Nº: 061.003.214/01-ap (15 volumes em anexo - Inventário Patrimonial)

ORIGEM: Fundação Hospitalar do Distrito Federal - FHDF (em extinção)

ASSUNTO: Prestação de Contas Anual

EMENTA: Prestação de Contas Anual dos dirigentes e demais responsáveis da FHDF (em extinção), referente ao período de 01/01 a 31/12/2000. Pela audiência dos responsáveis.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Prestação de Contas Anual dos dirigentes e demais responsáveis Fundação Hospitalar do Distrito Federal (em extinção), referente ao período de 01/01 a 31/12/2000.

Cabe esclarecer que a FHDF foi extinta pelo Decreto nº 21.478, de 31/08/2000. Assim, a Prestação de Contas deveria abranger o período até a data da extinção. Entretanto, a Controladoria da Corregedoria-Geral do DF ressaltou no Relatório de Auditoria nº 112/03 (f. 675-ap) que: "Não foi possível fazer avaliação dos controles existentes na FHDF somente até a data de sua extinção, uma vez que os controles auxiliares e contábeis dos convênios não foram encerrados e permaneceram em funcionamento até 31/12/2000.". Salientou, ainda, que a movimentação dos recursos financeiros foram efetuados pela FHDF, durante o exercício de 2000 e que parte dos servidores responsáveis pelas áreas orçamentária, financeira e contábil da SES são da extinta FHDF, o que facilitaria as soluções das pendências existentes na contabilidade da extinta Fundação.

1. RESPONSÁVEIS:

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO
Jofran Frejat	Presidente	01.01 a 31.08.00
Paulo Afonso Kalume Reis	Diretor Executivo	01.01 a 31.08.00
Claudeth Lemos Ribeiro	Diretora do Dep. de Recursos Econômico-Financeiros e Inventariante	01.01 a 31.08.00
		01.09 a 31.12.00

Fonte: (f. 528 do Proc. 061.003.214/01-ap)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F
2ª ICE-Div. Contas
Folha nº: 56
Proc. nº: 773/03
Rubrica

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS MOVIMENTADOS PELOS RESPONSÁVEIS - FHDF

CRÉDITO/DESPESA	R\$	R\$
a) CRÉDITOS:		
- Orçamentários (Dotação Inicial)	930.092.000,00	
- Alterações	41.632.307,00	
- Movimentação de Crédito	(351.252.481,89)	
- Crédito Bloqueado	0,00	
b) EXECUÇÃO DA DESPESA:		
- Despesa Liquidada		601.023.804,93
- Empenhos a Liquidar		0,00
- Crédito Disponível		19.448.020,18
TOTAL	620.471.825,11	620.471.825,11

Fonte: Demonstrativo da Execução da Despesa (f. 53 do Proc. 061.003.214/01-ap)

3. DOS PRAZOS

3.1 O Processo nº 061.003.214/01-ap que trata da Prestação de Contas da Fundação Hospitalar do Distrito Federal (em extinção) foi concluído e enviado à Corregedoria-Geral do DF em 26/03/03 (f.672-ap). Após os procedimentos realizados por parte da Corregedoria, a Secretaria de Saúde encaminhou os autos ao Tribunal em 12/05/04, f. 43. Considerando a prorrogação do prazo deferida pela Decisão nº 1202/2004 (f. 40), verificamos o atraso de 08 (oito) dias na remessa dos autos.

4. DO RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 024/2000 (FHDF)

4.1 O Relatório de Auditoria nº 024/2000, fs. 540/547-ap, destacou que as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base na Lei 4.320/64 e concluiu pela regularidade da Prestação de Contas da então FHDF, sugerindo, por fim, sua remessa à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.

5. DOS PARECERES DOS CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO

5.1 À f. 549-ap, o Conselho Fiscal resolveu:
" (...)1. O Conselho Fiscal é de parecer que a referida Prestação de Contas seja devidamente aprovada."

5.2 O Conselho Deliberativo não emitiu Parecer sobre a Prestação de Contas em análise, consoante dispõe o inciso VII do art. 146 do RI/TCDF. Constatou, apenas, o Parecer nº 063.057.04/2001, fs. 659/662-ap, subscrito pelo relator, restituindo os autos à SES com algumas observações. Não consta dos autos respostas aos questionamentos, o que pode ser relevado em face do processo de liquidação da FHDF.

6. DO PRONUNCIAMENTO DO CONTROLE INTERNO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F
2ª ICE-Div. Contas
Folha nº: 57
Proc. nº: 773/03
Rubrica

6.1. A Controladoria da Corregedoria-Geral do Distrito Federal emitiu o Relatório de Auditoria nº 112/2003-Controladoria e o correspondente Certificado de Auditoria (fs. 674/707-ap), consignando ressalvas e observações. Com o intuito de melhor comentar a matéria, relacionaremos a seguir as ressalvas/observações elencadas pelo Controladoria, apresentando, em seqüência, as justificativas juntadas pela Jurisdicionada (Despacho nº 022/2004-Inventariante da FHDF, fs. 815/836-ap) e os comentários da Nota Técnica nº 09/2004-GEAPC, fs. 837/841-ap.

Ressalvas: (III - Resultado dos Exames)

- a) subitem 2.1 - **Ativo**. Subitem 2.1.1 - **Créditos que não figuram no Balanço Patrimonial**. Trata-se do adiantamento de férias a servidores da FHDF, em 2000, no total de R\$ 354.934,14, que não foi registrado no Ativo Circulante, conta nº 112420000, contrariando o art. 6º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e os arts. 88, 89, 93 e § 1º do art. 105 da Lei nº 4.320/64 e a Decisão nº 3.060/98-TCDF.

JUSTIFICATIVAS: "Em tese, o saldo no Balanço Patrimonial da FHDF no mês de Dez/00 na conta contábil 1.1.2.4.2.00.00 - Adiantamento de Férias seria zerado, visto que o servidor que recebeu o adiantamento de férias no mês da extinção da FHDF, ou seja, agosto/00, os descontos foram efetuados nos meses de Outubro e Novembro/00.

Contudo, o saldo existente no Sistema de Gestão de Pessoal - SIGRE, no valor de R\$ 354.934,14 (trezentos e cinquenta e quatro mil novecentos e trinta e quatro reais e quatorze centavos) será analisado junto ao DRH/SAO/SES.

Quanto ao registro de Ativo Circulante dos valores atinentes ao adiantamento de Férias e as medidas sistemáticas de conciliação contábil pertinente, será efetuada pelo Núcleo de Contabilidade Financeira/GECONT no Exercício de 2004."; (Gerência de Contabilidade/DICOF, folha 719-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Contabilização no ativo a partir de 2004, com baixa no momento da devolução do adiantamento de férias."; (f. 837-ap)

- b) subitem 2.1.2 - **Direitos a receber com saldo a menor**. Refere-se a não contabilização na conta nº 112199900 - Outros Créditos a Receber, de valores a receber de órgãos e entidades públicas Municipais, Estaduais e Federal, provenientes de ressarcimento de remuneração de servidores cedidos pela FHDF, no montante de R\$ 487.698,34, contrariando os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e os arts. 88, 89, 93 e § 1º do art. 105 da Lei nº 4.320/64, demonstrativo de fs. 677/678-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Iniciamos informando o procedimento na época dentro da Diretoria de Recursos Econômico-Financeiros - DREF, a primeira



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F
2ª ICE-Div. Contas
Folha nº: 58
Proc. nº: 773/03
Rubrica

fase o atual NURESF/GEAC elaborava a Fatura, pela cessão de servidores a outros órgãos Públicos ou de aluguel de área pertencente a FHDF, que era anexada ao processo correspondente e, em tese, era enviado ao hoje Núcleo de Contabilidade Patrimonial/GECONT para inscrição do Direito, no caso da FHDF, sendo o mesmo registrado na Conta Contábil 1.1.2.1.9.99.00 - Outros Créditos a Receber. Quanto ao recebimento do valor faturado era o seguinte, a Tesouraria Geral/DREF encaminhava o extrato bancário ao hoje NURESF/GEAC que efetuava suas anotações e enviava o processo à hoje NCPAT/GECONT para baixa do Direito supra.

A Contabilidade registra atos e fatos administrativos, desde que tenha conhecimento, ou seja, que os documentos necessários para registro contábil tramitem pela contabilidade, e neste caso podemos afirmar que as Faturas pendentes de lançamento contábil não tramitou na contabilidade, aí o motivo da diferença detectada pelo ilustre Analista da CONTROLADORIA.

Cabe mencionar que o NUREF/GEAC encaminhou neste exercício de 2004, Faturas do exercício de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004 para registro de inscrição, e tais registros foram efetuados no exercício de 2004 na Secretaria de Saúde - Gestão Fundo.

É oportuno citar a resposta do NUREF/GEAC em anexo aos autos:

"Quanto aos demais casos de nossa competência, a não regularização quanto à emissão de novas faturas informamos que já foram providenciadas e enviadas para quem de direito. Porém o motivo pelo atraso se deve a falta de pessoal neste setor e a demora dos envio pelo DRH a esta NURESF".

Face ao exposto podemos concluir que a regularização em questão ocorrerá no exercício de 2004 na Secretaria de Estado de Saúde - Gestão Fundo."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 744-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Regularização durante o exercício de 2004."; (f. 837-ap)

- c) subitem 2.1.3 - **Valores a receber não contabilizados.** Trata-se da não contabilização de valores a receber de servidores, com desconto em folha de pagamento, no total de R\$ 15.482,59, contrariando o art. 6º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e os arts. 88, 89, 93 e § 1º do art. 105 da Lei nº 4.320/64, conforme demonstrativo de f. 678-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Informamos que a Contabilidade registra Atos e Fatos Contábeis, desde que tenha documentos para efetuar tais registros. Como os processos da relação apresentada pelo ilustre Analista não tramitaram na Contabilidade/FHDF, não foi efetuado o registro, contudo será efetuada uma conciliação junto ao Núcleo de Controle Financeiro/DRH para registro e baixa contábil dos processos."; (Gerência de Contabilidade/DICOF, folha 719-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Serão analisados para realização da baixa contábil em 2004."; (f. 837-ap)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 59 Proc. nº: 773/03 Rubrica

- d) subitem 2.1.4 - **Ausência de registro contábil do estoque de combustível.** Refere-se a não contabilização dos saldos em estoque de combustíveis, no total de R\$ 163.679,81, sem atenção aos Princípios da Oportunidade e da Competência, uma vez que a FHDF efetuou a baixa de estoque e contábil no momento da aquisição, contrariando os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e os arts. 88, 89, 93 e § 1º do art. 105 da Lei nº 4.320/64, conforme demonstrativo de f. 679-ap.

JUSTIFICATIVAS: "O entendimento na época era de consumo imediato, ou seja, como o abastecimento dos veículos era feito direto nos Postos Autorizados, e não constar os saldos no estoque do Almoarifado da FHDF, usava-se o Evento 510526, 510020 e 510062.

Esclarecemos que atualmente o Almoarifado registra a entrada e a saída no Sistema de Material e o Registro Contábil é efetuado na liquidação da despesa e a baixa é registrada na saída pela requisição do Demonstrativo de Material de Consumo Mensal."; (Gerência de Contabilidade/DICOF, folha 719 e 720-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Atualmente entrada no estoque, com registro em conta de ativo e baixa de estoque e contábil quando da apresentação da requisição."; (f. 837-ap)

- e) subitem 2.1.5 - **Saldo contábil inconsistente.** Trata-se do saldo contábil da conta nº 112150200, relativo ao Processo nº 061.008.995/98, valor baixado em 19/12/01, por meio da NL 02822, contrariando os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e os arts. 88, 89, 93 e § 1º do art. 105 da Lei nº 4.320/64.

JUSTIFICATIVAS: "Quanto ao registro contábil na conta 1.1.2.1.5.02.00 - Transferência a Receber, o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) referia-se O Resto a Pagar não pago pelo FSDF, que foi cancelado no final do exercício, conforme 2001NLO2822." (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 720-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Saldo regularizado por meio da 2001NL02822."; (f. 838-ap)

- f) subitem 2.1.6 - **Valores recebidos e não baixados na contabilidade dentro do exercício.** Refere-se a valores não baixados, dentro do exercício, na conta nº 112290500 - Responsáveis por Danos - Em Apuração, no montante de R\$ 1.229.104,76, contrariando os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e os arts. 88, 89, 93 e § 1º do art. 105 da Lei nº 4.320/64, conforme demonstrativo de f. 679-ap.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 60 Proc. nº: 773/03 Rubrica

JUSTIFICATIVAS: "O Núcleo de Contabilidade Patrimonial/GECONT está acompanhando o andamento dos processos, e tão logo ocorra uma Decisão do TCDF, judicial ou inscrição em Dívida Ativa, solicitaremos a Baixa contábil."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 720-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A Unidade não analisou os processos e não baixou os saldos contábeis dos valores recebidos."; (f. 838-ap)

- g) subitem 2.1.7 - **Suprimento de Fundos não comprovados pendentes de regularização.** Refere-se ao saldo da conta nº 112291100 - Suprimentos de Fundos não Comprovados, no valor de R\$ 11.792,00, sendo que a FHDF liberou suprimentos de fundos para servidores, os quais apresentaram prestações de contas com irregularidades em 1999, conforme demonstrativo de fs. 680-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Informamos que os processos 061.039213/99, 061.022262/99, 061.039263/99, 061.022668/99 e 061.023245/99 das então Detentoras de Suprimento de Fundos Maria de Lourdes Pereira e Beatriz Dias estão na CCTCE e quanto ao processo 061.033.771/98 e 061.033.866/98 do Suprido Luiz Antônio Santos Eduardo foi regularizado na 2003NL00151."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 720-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Dois processos foram baixados 2003NL00151 e cinco processos encontram-se na CTCE."; (f. 838-ap)

- h) subitem 2.1.8 - **Participação acionária contabilizada com valor a maior.** Trata-se do saldo da conta nº 141110000 - Integralizadas, no valor de R\$ 3.884.052,85, que se encontrava inconsistente em 2000, em razão de se contabilizar a participação acionária da FHDF, com base no valor das ações a preços de mercado. Ressaltou-se que a Unidade regularizou o referido saldo em 31/12/2001.

JUSTIFICATIVAS: "Entendemos que o registro pelo valor da ação está correto, fato este pode ser confirmado pelo Evento que tanto pode aumentar pelo valor da ação como cair pela desvalorização da mesma.

Acontece, que o Tesouro/GDF registra as Ações pelo Valor do Capital Social em comparação com a quantidade de Ações, fato este que nos levou a ajustarmos o nosso saldo durante o exercício de 2001, para transferência do mesmo para o tesouro/GDF, nos autos do processo 060.015694/2001."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 720-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Regularizado durante o exercício de 2001, Processo nº 060.015.694/2001."; (f. 838-ap)

- i) subitem 2.1.9 - **Ausência de registros contábeis dos terrenos, edificações e benfeitorias de hospitais e postos de saúde.** Refere-se a não contabilização de 95 (noventa e cinco) hospitais e postos de saúde em terrenos do Distrito Federal e de terceiros, contrariando o art. 6º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F			
2ª ICE-Div. Contas			
Folha nº: 61			
Proc. nº: 773/03			
Rubrica			

de Contabilidade e os arts. 88, 89, 93, 95 e § 1º do art. 105 da Lei nº 4.320/64. Ressaltou-se que a maioria dos terrenos já estão contabilizados na Secretaria de Saúde/DF, o restante permanece sem registro contábil e incorporação patrimonial, relativo principalmente a edificações, reformas, benfeitorias e terrenos dos imóveis, consoante demonstrativo de fs. 681/682-ap.

JUSTIFICATIVAS: "O Inventariante, O Gerente de Patrimônio/SES e a Diretora de Patrimônio/SEF, estão providenciando a transferência para que se possa efetuar a transferência para Tesouro/GDF."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 720-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Providenciando a transferência para a Secretaria de Estado de Saúde, cujo fato poderá não ser implementado em 2004."; (f. 838-ap)

- j) subitem 2.1.10 - **Ausência de baixa contábil, no mês de vencimento, das cartas de fiança e das apólices de seguro**, contrariando o § 5º do art. 105 da Lei nº 4.320/64, conforme demonstrativo de f. 682-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Com a extinção de fato da FHDF, as Fianças e as Apólices de Seguros vencidos foram baixados no exercício de 2001 e as vigentes foram transferidas para o Tesouro/GDF."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 720-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "As cartas de fianças e as apólices de seguros foram baixadas no exercício de 2001."; (f. 838-ap)

- k) subitem 2.1.11 - **Ausência de registro contábil de rendimento de aplicação financeira de convênios**. Refere-se a não contabilização na conta nº 199740104 - Convênios a Comprovar, dos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos dos convênios, contrariando o § 5º do art. 105 da Lei nº 4.320/64, conforme demonstrativo de f. 683-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Esclarecemos que o registro contábil era feito com o evento 800.896, ou seja efetuando um débito na conta contábil 1.9.9.7.4.01.01 contudo, efetuaremos uma conciliação entre o rendimento de Aplicação Financeira e o saldo no compensado da mencionada conta contábil, desde o ingresso do recurso até a presente data."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 721-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Unidade informa que a atualização ocorreu no saldo da conta de compensação 199740101, o mesmo deveria acontecer na conta Aplicação Financeira."; (f. 838-ap)

- l) subitem 2.2 - **Passivo**. Subitem 2.2.1 - **Saldo contábil de consignações inconsistente**. Trata-se do saldo contábil da conta nº 211190000 - Outros Consignatários, relativo ao Processo nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 62 Proc. nº: 773/03 Rubrica

061.033.161/00, no valor de R\$ 22.800,00, ressarcido pela firma Brasília Empresa de Segurança Ltda., em 05/04/2000. A permanência do registro contábil, até abril/2003, contrariou o art. 6º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e os arts. 88, 89, 93 e § 1º do art. 105 da Lei nº 4.320/64. Verificou-se, ainda, que na referida conta também constava registrado o valor de R\$ 21.505,73 na conta corrente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, relativo a mandado de penhoras contra prestadora de serviço Planalto Empresa de Segurança Ltda., Processo nº 061.001.014/00, pendente nos controles da SES/DF.

JUSTIFICATIVAS: "Quanto à importância de R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) contabilizada na c/c da Brasília Empresa de Segurança Ltda foi regularizada conforme 2004OB00223, e o Precatório lançado indevidamente como Consignação em nome do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, no valor de R\$ 21.505,73 que trata o processo administrativo 061.005801/00 solicitamos a transferência bancária da C/C 070.00208.835101-3 do Fundo de Saúde do Distrito Federal, que recebeu o saldo financeiro da FHDF para o Tesouro/GDF como Receita para Compensação Precatório, e conseqüentemente a baixa do registro contábil. Assim como o Núcleo de Contabilidade Financeira fará uma conciliação dos saldos existentes."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 721-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Parte foi regularizado por meio da 2004OB00223 e o restante está em andamento para regularização."; (f. 838-ap)

m) subitem 2.2.2 - **Ausência de inscrição de valores em restos a Pagar Processados e Não Processados e realização de despesas sem a emissão da Nota de Empenho**, referentes ao exercício de 2000, contrariando os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, os arts. 60, 63, 88 e 89 da Lei nº 4.320/64 e o art. 42 do decreto nº 16.098/94, conforme demonstrativo de f. 684-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Quanto à inscrição de Restos a Pagar Processado e Não Processado são efetuados de conformidade com os Decretos lançados no final de cada Exercício e autorização do Ordenador de Despesa.

Em relação à realização de Despesa sem emissão da Nota de Empenho relacionadas no demonstrativo do lustre Analista entendemos que deve ser respondida pela GEAC/DICOF. (Gerência de Contabilidade/DICOF - folhas 721 e 745-ap)

Quanto à inscrição de Restos a Pagar Processado e Não Processado são efetuados de conformidade como o Decreto lançado no final do exercício e autorizado pelo Ordenados de Despesa.

Contudo, a Fundação hospitalar do Distrito Federal foi extinta de fato em 31.08.2000, passado todos os seus Direitos, Obrigações a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, logo, o Orçamento e as contas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 63 Proc. nº: 773/03 Rubrica

bancárias da FHDF foram transferidos para a SES/DF, ficando apenas os Convênios até Dezembro/2000, conseqüentemente não tínhamos como proceder a Obrigação de Restos a Pagar Processado e não Processado pois a FHDF no exercício de 2001 não tinha Conta Bancária para honrar tais obrigações.

A inscrição dos Restos a Pagar Processado e Não Processado foi inscrito na Secretaria de Saúde do Distrito Federal - Gestão Fundo.

Em relação à Realização de Despesa sem emissão da Nota de Empenho, a princípio os autos foram encaminhados a GEAC/DICOF para informar se a empresa constante no demonstrativo do item em questão, tinha Contrato com a FHDF, como não houve manifestação, podemos concluir que tais despesas foram efetuadas sem cobertura contratual."; (GECONT/DICOF - folha 745-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A FHDF informa que, em 31/08/00, foi transferido o saldo do seu ativo e passivo para SES. No entanto, a nossa análise se estendeu até 31/12/00, e as referidas despesas oriundas da FHDF não foram empenhadas e nem contabilizadas pela SES até 31/12/2000."; (f. 838-ap)

- n) subitem 2.2.4 - **Dívidas não registradas na contabilidade.** Refere-se a não contabilização, no total de R\$ 59.922.490,45, de dívidas trabalhistas em virtude de decisões judiciais transitadas em julgado, contrariando os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e os arts. 88, 89, 93 e § 3º do art. 105 da Lei nº 4.320/64, conforme demonstrativo de f. 685-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Segundo informações, na época, Diretor de Contabilidade/DREF/FHDF o registro contábil não foi efetuado devido aos processos não terem tramitado pela Contabilidade. Cabe ressaltar, que com o Decreto de extinção da FHDF, em Agosto/2000, os precatórios expedidos pelo Tribunal Regional do Trabalho foram transferidos para a Douta Procuradoria Geral do Distrito Federal, sendo o seu pagamento pelo Tesouro/GDF, ou seja, em Dezembro/2000 não haveria saldo contábil na Obrigação em questão."; (Gerência de Contabilidade/DICOF, folhas 721 e 722-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Não foi informado que os precatórios estão ou não contabilizados na presente data."; (f. 838-ap)

- o) subitem 2.2.5 - **Obrigações não empenhadas e não contabilizadas.** referentes às dívidas contraídas junto à Companhia de Saneamento do Distrito Federal, a partir de julho/1998, contrariando os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, os arts. 60, 63, 88, 89, 93 e § 1º do art. 105 da Lei nº 4.320/64 e o art. 42 do decreto nº 16.098/94, conforme demonstrativo de f. 686-ap.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 64 Proc. nº: 773/03 Rubrica
--

JUSTIFICATIVAS: "As dívidas contraídas junto à CAESB a partir de julho de 1998 não foram empenhadas e conseqüentemente contabilizadas.

Acrescentamos que no nosso Memorando nº 042/2003-GECONT/DICOF de 17.10.2003, em anexo, solicitamos providências visto que se tratava de uma Ordem Expressa do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, conforme Ofício nº 531/2003 - GAB/SEG, informamos que até a presente data não tivemos informações sobre o assunto."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 745-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A dívida com a CAESB continua sem pagamento e contabilização."; (f. 838-ap)

- p) subitem 2.2.6 - **Ausência de pagamento de Previdência Social de prestadores de serviços sem vínculo.** A Fundação foi notificada pelo INSS, no valor de R\$ 24.574.062,39, concernente a remuneração de empregado sem vínculo, dedução indevida de auxílio natalidade, diferenças salariais, remuneração de médico residente, prestadores de serviços e outros, consoante demonstrativo de f. 686-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Informamos que os processos foram encaminhados a Douta Procuradoria Geral do Distrito Federal onde foi informado que não caberia defesa, esta Gerência de Contabilidade/DICOF providenciou o parcelamento do débito com os benefícios da Lei Federal 10.684/2003, contudo a primeira parcela não foi paga, conseqüentemente o parcelamento não foi efetuado. A Douta Procuradoria do INSS move uma Ação de Execução Fiscal, no processo 20033400272997 na 11ª Vara da Justiça Federal, e o Distrito Federal esta sendo defendido pelo ilustre Procurador Fiscal, Dr. José Cardoso Dutra Júnior."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 722-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Principal, juros e multas em virtude da ausência de pagamento de INSS foi parcelado e suspenso novamente."; (f. 838-ap)

- q) subitem 2.2.7 - **Saldo contábil de depósito de caução inconsistente.** Trata-se do saldo contábil da conta nº 211410000 - Depósitos e Cauções, no valor de R\$ 145.289,27, que se encontrava inconsistente, decorrente da contabilização dos rendimentos em receita, quando o correto seria Depósitos e Cauções (Passivo), contrariando os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e os arts. 88, 89, 93 e § 3º do art. 105 da Lei nº 4.320/64, conforme demonstrativo de f. 687-ap.

JUSTIFICATIVAS: "O registro contábil era feito com evento indevido, ou seja, 800555 que registrava o ingresso da Receita 413251700 - Aplicação Financeira Recursos Próprios FHDF e FHB, e desta forma influenciando no recolhimento do PASEP.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 65 Proc. nº: 773/03 Rubrica

Informamos que o saldo da conta contábil 21141000 - Depósito e Cauções foi transferida para o TESOIRO/GDF no mês de setembro/2001, uma vez que na Administração Direta é o TESOIRO/GDF quem controla as cauções, assim como o saldo bancário da Conta 070.00208.8006316, em outras palavras o Direito e a Obrigação."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 722-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Não consta a informação da regularização dos fatos."; (f. 839-ap)

- r) item 3 - **Materiais de consumo e medicamentos**. Subitem 3.2 - **Lubrificante sem controle físico e contábil**, contrariando os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e os arts. 88, 89, 93 e § 1º do art. 105 e inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

JUSTIFICATIVAS: "Como mencionamos anteriormente, no caso dos Combustíveis o registro contábil era feito como consumo imediato, contudo, no exercício de 2003, o Sistema SIGGO não permitia tal registro, passando a registrar a entrada no Almoxarifado e a saída pela requisição."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 722-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Em 2003, a SES passou a efetuar o controle físico e contábil (ativo)."; (f. 839-ap)

- s) item 4 - **Bens Patrimoniais**. Subitem 4.1 - **Imóveis pendentes de regularização há longa data**. Referente a maioria dos 95 (noventa e cinco) hospitais e postos de saúde construídos em terrenos do Distrito Federal e de terceiros.

JUSTIFICATIVAS: "Restituímos o presente expediente a Vossa Senhoria, na forma do despacho retro, e informando que já estamos trabalhando no sentido de regularizar a situação dos imóveis da SES e FHDF."; (Gerência de Patrimônio/DSA/SAO - folha 760-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Continua pendente de regularização."; (f. 839-ap)

- t) item 5 - **Pessoal**. Subitem 5.1 - **Cobrança indevida de Seguridade Social sobre horas extras**, referente ao desconto de 11% sobre o valor pago de horas extras, em desacordo com a letra "n" do despacho da Secretaria de Gestão Administrativa, conforme demonstrativo de f. 690-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Temos a informar que os servidores relacionados não tiveram o desconto da seguridade social sobre as horas extras, uma vez que, não houve o pagamento das mesmas no referido mês, conforme podemos comprovar com os contracheques em anexo."; (Gerência de Pessoal Ativo/DRH/SAO, folha 801-ap)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F			
2ª ICE-Div. Contas			
Folha nº: 66			
Proc. nº: 773/03			
Rubrica			

Nota Técnica nº 09/04: "A entidade informa que não foi retido a seguridade social. Entretanto, verificamos que foi retido a seguridade social em contracheque separado, versão 12."; (f. 839-ap)

- u) subitem 5.3 - **Prestação de serviço extraordinário mensal (hora extra) em grande quantidade.** Verificou-se que vários servidores da FHDF ultrapassaram os limites de horas extras diário, contrariando o art. 74 da Lei nº 8.112/90, conforme demonstrativo de f. 691-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Conforme Ordem de Serviço nº 001 de 24 de março de 1997, cópia em anexo, foi estabelecido o limite máximo de 96 horas mensais por servidor."; (Gerência de Pessoal Ativo/DRH, folha 801-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Fato não implementado pela Unidade."; (fs. 839-ap)

- v) item 8 - **Diária.** Subitem 8.3 - **Pagamento de diária a maior,** contrariando o art. 5º do Decreto nº 16.649/93 (à época), c/c o § 1º do art. 58 da Lei nº 8.112/90, conforme demonstrativo de f. 697-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Quanto ao pagamento a maior de diárias, esclarecemos que tais pagamentos aconteceram por falta de observar a data e horário de retomo à sede, conforme prevê a legislação, uma vez que se tomava como base o pedido inicial.

Informamos que após a visita dos auditores os cálculos das diárias vêm sendo elaborados observando-se as datas e horários de trânsito, conforme previsto no item "b", § 1º, Art. 2º do Decreto no 21.564, de 26.09.2000, publicado no DODF Nº 186, de 27.09.2000.

Ressaltamos que este Núcleo está providenciando o desarquivamento dos processos mencionados para que possamos efetuar a cobrança dos valores pagos a maior."; (NUCOF/GPA/DRH - folha 799-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A Unidade informa que irá efetuar a cobrança dos valores pagos a maior."; (f. 840-ap)

- w) item 9 - **Outras Constatações.** Subitem 9.1 - **Retenção e recolhimento a maior de Imposto de Renda,** referente à alíquota de 1,5%, sobre os honorários da Agência de Propaganda da Jimenez Associados Propaganda Ltda., contrariando o inciso II do art. 651 do Decreto nº 3000/99, conforme demonstrativo de f. 698-ap.

JUSTIFICATIVAS: "O que podemos fazer quanto a este item é solicitarmos junto a Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, recursos financeiros para devolução do recolhimento a maior do imposto de Renda da Empresa Jimenez Associados Propaganda Ltda."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 782-ap)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 67 Proc. nº: 773/03 Rubrica

Nota Técnica nº 09/04: "A Entidade pretende realizar a devolução do imposto recolhido a maior."; (f. 840-ap)

- x) subitem 9.3 - **Notificação fiscal decorrente da falta de pagamento.** Refere-se à notificação pela Secretaria da Receita Federal - SRF, no valor de R\$ 11.004.101,87, concernente a pagamento a menor de PASEP, durante o período de julho/94 a janeiro/99.

JUSTIFICATIVAS: "Estamos aguardando a Decisão Final Administrativa."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 724-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Aguardando decisão final administrativa."; (f. 840-ap)

- y) subitem 9.4 - **Falta de pagamento da Seguridade Social Patronal sobre jetons pagos aos membros de conselhos,** correspondente a 20% sobre o montante, relativo ao período de janeiro a dezembro/2000, no total de R\$ 10.282,00, contrariando o inciso V, alínea "f", do art. 9º do Decreto nº 3.048/99 e alterações por meio do Decreto nº 3.265/99, demonstrativo de f. 699-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Informamos que os pagamentos efetuados a título de Jetons a Membros dos Conselhos da extinta FHDF, foram feitos por meio de processos, em procedimentos extra-folha de pagamento, e que este Núcleo é responsável pela emissão de Guias de Recolhimento a Previdência Social dos servidores vinculados ao INSS e que recebem salários em folhas de pagamento.

Ressaltamos ainda que a cobrança dos valores não recolhidos a título de contribuição patronal sobre os jetons está sendo feita pelo INSS por meio de Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos - NFLD, cujos processos encontram-se tramitando na PRG/DF."; (NUCOF/GPA/DRH - folha 800-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Os processos encontram-se tramitando na PRG/DF."; (f. 840-ap)

Observações:

- z) subitem 2.2.3 - **Restos a Pagar Processados registrados indevidamente como Restos a Pagar não Processados.** Refere-se aos valores das faturas constantes do demonstrativo de f. 685-ap, as quais já haviam passado pelo estágio de liquidação, quando deveriam estar registrados na conta 212160101, em desacordo com os §§ 1º e 2º do art. 63 da Lei nº 4.320/64.

JUSTIFICATIVAS: "Como mencionamos anteriormente a inscrição dos Restos a Pagar Processado e Não Processado é efetuado pela Diretoria Geral de Contabilidade/SEF, no sistema, na época Milênio, porém o Ordenador de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F
2ª ICE-Div. Contas
Folha nº: 68
Proc. nº: 773/03
Rubrica

Despesa da FHDF manda uma listagem de fornecedores que serão inscritos em Restos a Pagar Processado, entendemos que pode ter ocorrido um erro de sistema."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 721-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "O entendimento da Unidade que pode ter ocorrido erro no sistema SIAC."; (f. 838-ap)

aa) subitem 3.1 - **Materiais de consumo com pouca ou sem utilização**, consoante demonstrativo de fs. 687/688-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Atendendo solicitação de Vossa Senhoria, através do documento em referência, participo que, de modo geral, estão sendo acolhidas as medidas recomendadas no referido Relatório.

Particularizando-as informo o seguinte:

- a) O levantamento dos materiais de consumo em estoque no Almoxarifado Central da SES é feito periodicamente, não unicamente com o propósito sugerido; verdadeiramente ainda existem em estoque diversos materiais com pouca movimentação. Para alguns deles já foram solicitadas providências legais pela área técnica competente no sentido de avaliar suas possibilidades de uso bem como definir sua destinação e, quanto a tantos outros suprimentos na mesma situação, tais medidas estão em desenvolvimento;
- b) Esta Gerência tem procurado, ao longo dos últimos anos, pelo menos, atuar de modo planejado em suas solicitações de aquisições dos suprimentos, tanto para evitar desperdícios como principalmente para evitar seu desabastecimento. Ainda existem dificuldades que vão desde falhas nas informações prestadas pelas Unidades Hospitalares apoiadas como na disponibilidade de um sistema informatizado correto e mais eficiente; e
- c) O policiamento do prazo de validade dos suprimentos é feito, mas reconheço que precisa ser aprimorado; nesse sentido esta Gerência já iniciou entendimentos com o setor técnico competente visando obter aperfeiçoamento do sistema informatizado. Por ora, o controle é conduzido pela observação dos servidores responsáveis pelo controle de estoque dos materiais."; (GPAMA/DMS/SAO/SES - folha 750-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Consta a informação que a Unidade irá tomar as devidas providências."; (f. 839-ap)

bb) subitem 4.2 - **Bens móveis disponíveis para alienação**. Refere-se a 4.067 bens móveis inservíveis da extinta FHDF, que, até abril/2003, ainda não haviam sido transferidos para a Secretaria de Saúde.

JUSTIFICATIVAS: "Informo que foram alienados 14.299 (quatorze mil, duzentos e noventa e nove) bens patrimoniais, incluindo 48 (quarenta e oito) veículos, pertencentes ao Acervo Patrimonial da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em extinção, em 01 de novembro de 2003, conforme Processo nº 060.008.483/2003, e está sendo providenciada a baixa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F
2ª ICE-Div. Contas
Folha nº: 69
Proc. nº: 773/03
Rubrica

patrimonial junto a Gerência de Patrimônio e Diretoria de Contabilidade Financeira.

Informo ainda, que estou trabalhando no sentido de promover a transferência dos bens móveis da FHDF, em extinção, para a carga da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, mas trata-se de um processo muito demorado que deve levar alguns anos para conclusão, devido às dificuldades encontradas, como a grande quantidade e diversidade de bens, superior a 350.000 (trezentos e cinquenta mil), e a informatização precária, os patrimônios regionais não são interligados, tomando os trabalhos quase que manual."; (fs. 826/827-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Pendência ainda não regularizada."; (f. 839-ap)

- cc) subitem 4.3 - **Falta de aplicação do princípio de segregação de função.** Verificou-se que a maioria dos membros das comissões para levantamento dos bens patrimoniais foram compostos por servidores lotados na Seção de Patrimônio, em desacordo com o Princípio da Segregação de Função, demonstrativo de f. 689-ap.

JUSTIFICATIVAS: " Com relação ao subitem 4.3, já recomendamos que seja designados servidores lotados nas áreas estranhas à de controle patrimonial."; (Gerência de Patrimônio/DSA/SAO, folha 760-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A Unidade informa que serão designados servidores lotados em áreas estranhas do setor de patrimônio."; (f. 839-ap)

- dd) subitem 5.2 - **Ausência de documentos pessoais nas pastas funcionais**, tais como: RG, CPF, título de eleitor, certificado de reservista, certificado de escolaridade. Citou-se como exemplos os servidores de matrículas nºs 133.448-4, 134.436-6, 129.077-1, 135.023-4, 135.926-6, 119.444-5, 123.922-8, 127.746-4, 133.425-5, 133.295-3, 131.308-8, 119.669-9, 126.590-3 e 126.598-9, contrariando os arts. 5º e 16 da Lei nº 8.112/90.

JUSTIFICATIVAS: "Itens 5.2 - Encaminhando ao Núcleo de Registro e Movimentação - já estão sendo tomadas às providências para regularização das situações detectadas, bem como alertando quanto à obrigatoriedade dos documentos pessoais nas pastas funcionais dos servidores."; (Gerência de Pessoal Ativo/DRH, folha 803-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A SES compromete proceder a regularização."; (f. 839-ap)

- ee) item 6 - **Licitações, Dispensas e Inexigibilidades.** Subitem 6.1 - **Ausência da Certidão Negativa de Débito com o INSS e do Certificado de Regularidade com o FGTS**, contrariando os incisos III e IV do art. 29 da Lei nº 8.666/93, o § 3º do art. 195 da CF, c/c as Decisões nºs 7.243/97 e 8.400/00 do TCDF, Processos nºs: 060.006.012/00, 061.004.556/00, 060.007.795/00, 061.000.098/00,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 70 Proc. nº: 773/03 Rubrica

060.007.796/00, 060.006.951/00, 060.006.511/00, 060.002.212/00, 061.001.014/00, 061.001.009/00, 061.001.010/00, 061.001.013/00, 061.001.016/00, 061.001.233/00 e 061.001.017/00.

JUSTIFICATIVAS: "Começamos comentando que os processos administrativos 061.009.934/00, 060.006.012/00, 061.004.556/00, 060.007.795/00, 061.000.098/00, 060.007.796/00, 060.006.951/00, 060.006.511/00, 060.002.212/00 e 061.001.017/00 foram aquisições feitas com recursos do BIRD, referente a Convênios.

Citamos como exemplo o Programa Nacional de Controle e Prevenção da Epidemia de DST e AIDS no Brasil, conta com o apoio do Banco Mundial por intermédio do segundo Acordo de Empréstimo número 4392-BR, assinados com a República Federativa do Brasil, no valor de 300 milhões de dólares. O Programa abrange todas as Unidades da Federação e caracteriza-se pelo fomento ao desenvolvimento de ações, nos níveis Federal, Estadual e Municipal.

Conforme o Acordo de Empréstimo, os processos licitatórios dos fornecedores e a seleção das consultas devem ser efetuados obedecendo às diretrizes do BIRD indicados no seu Anexo.

O Egrégio Tribunal de Contas da União - TCU em sua Decisão nº 245/92 tendo como Relator o Ministro LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA, decidiu em plenário que, "observada a competência do SENADO FEDERAL (autorização para assinatura do Acordo - anexo deste documento), a aplicação dos dispositivos legais implica na possibilidade da adoção de procedimentos licitatórios nos termos exigidos pelas organizações financeiras internacionais, através de cláusulas e condições usuais dos respectivos contratos de empréstimo, desde que não conflitantes com o texto constitucional do País". Assinado pelo Ministro Relator e o Presidente do TCU.

O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul também emitiu decisão sobre a utilização das Normas do BIRD "em licitação internacional, para compra de materiais, com emprego de recursos alocados de Organismo Internacionais, a observância de normas de licitação ditadas por estes organismos, não se constituem em ilegalidade ou quebra da Soberania Nacional, se no contrato de empréstimo celebrado pela União, devidamente autorizado pelo Senado Federal, com o BIRD, constar expressamente à obrigação de serem observadas estas normas. O Estado, que foi beneficiado com repasse de parte desse empréstimo, também está sujeito à obediência das mesmas normas de licitação".

A Lei 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos em seu art. 42 § 5º com a redação que lhe foi dada pela Lei 8.883/94, define o seguinte:

"Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas na respectiva licitação, as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 71 Proc. nº: 773/03 Rubrica

condições decorrentes e acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto a critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento..."

Este inciso reforça que as Diretrizes do BIRD devem ser utilizadas no procedimento licitatório de aquisições de bens e serviços.

O Acordo de Empréstimo BIRD 4392/BR em seu anexo 4 define a utilização das diretrizes e dos valores mínimo e máximo para cada modalidade de licitação.

Quanto aos processos 061.001.014/00, 061.001.009/00, 061.001.010/00, 061.001.013/00, 061.001.016/00 de terceirização sem cobertura contratual, com empresas de vigilância armada e desarmada e limpeza nas unidades da FHDF e 061.001.233/00 do ICS na época o Setor de Liquidação não providenciou tais atos, o que sugerimos é acrescentar aos mesmos as certidões pendentes aos mesmos."; (Gerência de Contabilidade/DICOF, folha 780 e 781-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A Unidade informa que trata de recurso do BIRD, desta forma, não era preciso cumprir as exigência legais."; (f. 839-ap)

- ff) subitem 6.2 - **Falta da Certidão Negativa de Débito com o GDF**, contrariando o inciso VI do parágrafo único do art. 56 do Decreto nº 16.098/94, c/c a Decisão nº 9.472/98 do TCDF, Processos nºs: 060.007.796/00, 061.009.934/00, 060.006.012/00, 061.001.014/00, 061.001.009/00, 061.001.010/00, 061.001.013/00, 061.001.016/00, 061.001.233/00 e 061.001.017/00.

JUSTIFICATIVAS: "O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul também emitiu decisão sobre a utilização das Normas do BIRD "em licitação internacional, para compra de materiais, com emprego de recursos alocados de Organismo Internacionais, a observância de normas de licitação ditadas por estes organismos, não se constituem em ilegalidade ou quebra da Soberania Nacional, se no contrato de empréstimo celebrado pela União, devidamente autorizado pelo Senado Federal, com o BIRD, constar expressamente à obrigação de serem observadas estas normas. O Estado, que foi beneficiado com repasse de parte desse empréstimo, também está sujeito à obediência das mesmas normas de licitação".

A Lei 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos em seu art. 42 § 5º com a redação que lhe foi dada pela Lei 8.883/94, define o seguinte:

"Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas na respectiva licitação, as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 72 Proc. nº: 773/03 Rubrica

condições decorrentes e acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto a critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento..."

Este inciso reforça que as Diretrizes do BIRD devem ser utilizadas no procedimento licitatório de aquisição de aquisições de bens e serviços.

O Acordo de Empréstimo BIRD 4392/BR em seu anexo 4 define a utilização das diretrizes e dos valores mínimo e máximo para cada modalidade de licitação.

Quanto aos processos 061.001.014/00, 061.001.009/00, 061.001.010/00, 061.001.013/00, 061.001.016/00 de terceirização sem cobertura contratual, com empresas de vigilância armada e desarmada e limpeza nas unidades da FHDF e 061.001.233/00 do ICS na época o Setor de Liquidação não providenciou tais atos, o que sugerimos é acrescentar aos mesmos as certidões pendentes aos mesmos."; (Gerência de Contabilidade/DICOF, folha 781-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A Unidade informa que trata de recurso do BIRD, desta forma, não era preciso cumprir as exigência legais."; (fs. 839-ap)

gg) subitem 6.3 - **Ausência de publicação no DODF de aquisição de material/medicamento por inexigibilidade**, contrariando o art. 26 da Lei nº 8.666/93, Processos nºs: 061.004.268/00, 061.001.333/00, 061.001.774/00, 061.003.141/00, 061.002.556/00, 061.004.248/00, 061.004.271/00, 061.002.924/00, 061.005.193/00, 061.005.464/00, 061.004.969/00, 061.000.676/00, 061.004.965/00 e 061.001.863/00.

JUSTIFICATIVAS: "...estamos envidando esforços no sentido de atender as determinações consignadas no relatório em comento."; (DMS/SAO - folha 805-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A Unidade adotará medidas com o objetivo de sanar esse tipo de falha operacional."; (f. 839-ap)

hh) subitem 6.4 - **Falta de Parecer Técnico ou Jurídico de Inexigibilidade**, contrariando o VI do art. 38 da Lei nº 8.666/93, Processos nºs: 061.004.268/00, 061.001.915/00, 061.001.333/00, 061.002.924/00 e 061.001.863/00.

JUSTIFICATIVAS: "...estamos envidando esforços no sentido de atender as determinações consignadas no relatório em comento."; (DMS/SAO - folha 805-ap)

Nota Técnica nº 22/03: "A Unidade adotará medidas com o objetivo de sanar esse tipo de falha operacional."; (f. 839-ap)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F
2ª ICE-Div. Contas
Folha nº: 73
Proc. nº: 773/03
Rubrica

- ii) subitem 6.5 - **Inexigibilidade contratada como se fosse Dispensa de Licitação**, Processos nºs: 061.004.268/00, 061.001.333/00, 061.001.774/00, 061.003.141/00, 061.002.556/00, 061.004.248/00, 061.004.271/00, 061.002.924/00, 061.005.193/00, 061.005.464/00, 061.004.969/00, 061.00.676/00, 061.004.965/00, 061.001.863/00, 061.000.125/00, 061.004.934/00 e 061.005.489/00. Ressaltou-se que os valores constantes dos referidos processos foram inferiores ao limite para dispensa de licitação, previsto no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, e que deveriam constar, no mínimo 03 orçamentos, de acordo com o mesmo inciso, c/c as Decisões nºs 9.613/95, 8.661/96 e 10.587/96 do TCDF.

JUSTIFICATIVAS: "...estamos envidando esforços no sentido de atender as determinações consignadas no relatório em comento."; (DMS/SAO - folha 805-ap)

Nota Técnica nº 22/03: "A Unidade adotará medidas com o objetivo de sanar esse tipo de falha operacional."; (f. 839-ap)

- jj) subitem 6.6 - **Ausência de informação que os preços são compatíveis com os praticados no mercado**, contrariando o art. 26 da Lei nº 8.666/93, c/c a Decisão nº 985/95 do TCDF, Processos nºs: 061.000.711/00, 061.000.034/00, 061.001.556/00, 061.000.912/00, 061.000.913/00, 061.000.504/00, 061.001.237/00, 061.000.033/00, 061.003.587/00, 061.001.101/00, 061.000.217/00, 061.000.609/00, 061.001.554/00, 061.000.027/00, 061.000.407/00, 061.002.284/00, 061.000.642/00, 061.001.099/00, 061.000.581/00, 061.000.374/00, 061.000.214/00, 061.005.116/00, 061.001.775/00, 061.000.182/00 e 061.005.118/00.

JUSTIFICATIVAS: "A) Quanto ao item 6.6, a CPLS, assim que recebeu a determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, passou a fazer constar em todas as licitações que os preços adjudicados eram compatíveis com os praticados no mercado; anteriormente, a CPLS fazia constar que os preços estavam de acordo com a estimativa apresentada pela DALM;"; (GMMH/DMH/SES - folha 770-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A Entidade cita que já informava que os preços eram compatíveis, logo depois da Decisão do TCDF, cuja informação não constatamos na nossa análise."; (f. 839-ap)

- kk) subitem 6.7 - **Ausência da manifestação da Assessoria Jurídica**, contrariando o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, Processos nºs: 061.001.101/00, 061.000.217/00, 061.000.027/00, 061.000.407/00, 061.002.284/00, 061.001.099/00, 061.000.581/00, 061.000.374/00, 061.005.116/00, 061.001.775/00 e 061.000.182/00.

JUSTIFICATIVAS: "B) Quanto ao item 6.7, a CPLS sempre utilizou editais padrão aprovados pela Procuradoria Jurídica da FHDF, sendo que a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 74 Proc. nº: 773/03 Rubrica

cada novo edital que se fazia necessário, o mesmo era submetido à análise da área jurídica; também após determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, passaram a ser anexados os pareceres de aprovação da Procuradoria Jurídica;

C) Por oportuno esclarecemos que a partir de agosto de 2002, as licitações passaram a ser executadas pela Central de Compras/SubCL/SEFP, com exceção de Obras e Serviços de Engenharia."; (GMMH/DMH/SES, folha 770-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A Unidade utilizou editais padrão aprovados pela Procuradoria Jurídica da FHDF."; (f. 840-ap)

II) subitem 6.8 - **Valores estimados para a aquisição de materiais de consumo superiores as importâncias adjudicadas em licitação**, consoante demonstrativo de f. 694-ap.

JUSTIFICATIVAS: "...estamos envidando esforços no sentido de atender as determinações consignadas no relatório em comento."; (DMS/SAO - folha 805-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A Unidade adotará medidas com o objetivo de sanar esse tipo de falha operacional."; (f. 839-ap)

mm) subitem 7.1 - **Veículos**. Subitem 7.1.1 - **Ausência de registro contábil das multas de trânsito e multas não pagas nos respectivos vencimentos**. Refere-se às multas de trânsito registradas no período de 2000 que foram pagas ao DETRAN e DER em 2001, contrariando a Portaria nº 04-SAT, de 05/02/92, consoante demonstrativo de fs. 695/696-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Os registros contábeis não ocorreram em razão dos processos não tramitarem no Setor de Contabilidade, contudo, foi feito um levantamento junto ao Núcleo de Controle Financeiro/DRH quanto aos processos para desconto em folha de pagamento que não tramitaram na contabilidade para efetuarmos os registros contábeis."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 724-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A falta de registro contábil foi em decorrência da não tramitação dos processos no Núcleo de Contabilidade."; (f. 840-ap)

nn) subitem 7.1.2 - **Veículos com defeitos parados há longa data**, demonstrativo de f. 696-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Com relação ao item 7.1.2 (veículos com defeito parados há longa data) temos a esclarecer que todas as providências foram tomadas no sentido de diminuir o índice de imobilidade da frota desta SES, em manutenção e que do quadro a que se refere o item citado acima, todos os veículos já saíram do pátio, alguns recuperados e outros alienados. A dificuldade de se ter maior agilidade quanto ao tempo de estadia de um veículo em manutenção se dá por força da Lei, pois dependemos de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 75 Proc. nº: 773/03 Rubrica

Licitações e posterior homologação de Atas de Registros de Preços para só então formularmos Processo para Empenho Estimativo par aquisição de peças. (Exemplo; Ata do exercício de 2003 vencida em 04/01/04 e até a presente data encontra-se em processo de Licitação na SEF/DF).

A respeito do subitem 7.1.2 também foram tomadas as medidas necessárias e urgentes no sentido de promover a alienação onde foi realizado o Leilão Público nº 001/2003 - processo nº 060.008.483/2003, DODF de 15 de outubro de 2003 e foram leiloados 51 veículos (03 pendentes) da FHDF.

Ressaltamos que estamos nomeando Comissão para avaliar o estado de veículos afim de constatar se os mesmos são antieconômicos e devem ser encaminhados para alienação."; (GETRAN/DSA/SAO - folha 774-ap)

Nota Técnica nº 09/04: " A Unidade informa que está adotando as medidas necessárias."; (f. 840-ap)

oo) subitem 8.1 - **Pagamento efetuado fora do prazo estabelecido na legislação**, referente ao pagamento de diárias após o retorno do servidor à sede, contrariando o art. 5º do Decreto nº 21.564/2000, conforme demonstrativo de f. 697-ap.

JUSTIFICATIVAS: "Esclarecemos que este Núcleo apenas providencia os cálculos dos valores de Diárias a serem pagos, e que não participa dos procedimentos posteriores para pagamento.

Informamos que o atraso no pagamento de diárias é consequência de atraso em todas as fases do processo, desde a instrução a autuação, passando pelas etapas de empenho, liquidação e emissão de ordem bancária.

Ressaltamos ainda que os processo de diárias, no NUCOF/GPA/DRH, são despachados no máximo em 24 horas, devido à exigência de procedimento sumário."; (NUCOF/GPA/DRH - folha 799-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A alegação da Unidade é que o processo precisa passar por diversos setores, com isso ocorre o atraso no pagamento."; (f. 840-ap)

pp) subitem 8.2 - **Realização de despesas com diárias sem a emissão prévia da Nota de Empenho**, contrariando os arts. 60 e 61 da Lei nº 4.320/64, Processos nºs: 060.003.192/00, 061.007.992/00, 060.005.589/00, 060.003.066/00, 061.003.728/00 e 061.007.960/00.

JUSTIFICATIVAS: "Na análise do Processo 060.003.192/2000, verificou-se o Pré Empenho nº 2000PE00259, datado de 19/10/2000, retornando os autos ao Ordenador de Despesa com Parecer favorável foi encaminhado a Secretaria de Governo, conforme Decreto nº 21.564, de 26 de setembro de 2000, sendo publicado no DODF nº 210, 01.11.2000, pág. 28.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 76 Proc. nº: 773/03 Rubrica

Devido ao trâmite do processo a despesa só foi empenhada na 2000NEO4346, em 04.12.2000, sendo que a diária para o curso em questão ocorreu no período de 05 a 11 de novembro de 2000.

Processo Administrativo 061.007.992/00 a Diretora do então, Departamento de Saúde Pública do Distrito Federal solicitou no Memorando nº 435/2000-DSP/SES de 27.06.2000, ressarcimento financeiro ao Dr. Roberto de Melo Dusi, em decorrência da sua participação no XXXVI Congresso da Sociedade de Medicina Tropical, realizado em São Luís/MA em fevereiro de 2000, sendo a despesa paga com conhecimento a despesa Fonte 338.

Processo Administrativo 060.005.589/00 despesa paga com Recursos do BIRD, Convênio DST/AIDS, a então Diretora de Vigilância Epidemiológica/DVE/SES a participação de alguns servidores para participar do curso de Metodologia de Pesquisa que foi realizado em Porto Alegre no período de 04 a 15 de dezembro de 2000. O Pré Empenho ocorreu em 24.11.2000, conforme 2000PE00874 e 875, o empenho ocorreu através da 2000NE08919, em 05.12.2000.

Processo Administrativo 060.003.066/00 a então Diretora de Vigilância Epidemiológica - DVE/SES Nº Memorando nº 678/2000-DVE/SES, de 29 de setembro de 2000 solicita despesa com passagem aérea ida e volta, diária e inscrição, com Recursos do BIRD, POA 1 - AIDS II, Convênio 148/99, no período de 06 a 11 de novembro de 2000 na cidade do Rio de Janeiro.

Foram emitidos os Pré Empenhos em 26.10.00, conforme 2000PE00801, 802 e 803. A Gerência de Orçamento e Finanças/DICOF solicitou em 08.11.00 a DVE/SES a correta discriminação dos credores da despesa e respectivos valores. Em 13.11.2000 a Gerência de DST/SIDS/SES se pronunciou sendo emitida a Nota de Empenho em 13.11.00, conforme 2000NE08871.

Processo Administrativo 061.003.7281/2000 Despesa com Recursos do BIRD, III Curso para capacitação de toco-ginecologista em HIV/AIDS, realizado no período de 04 a 06 de abril de 2000, no Rio de Janeiro, promovido pela Coordenação Nacional de DST/AIDS.

A autorização do Ordenador de Despesa ocorreu em 03.04.00, devido ao trâmite dos autos o Pré Empenho ocorreu em 10.04.00 e A Nota de Empenho 11.04.00.

Processo Administrativo 061.007.960/00 Recursos do BIRD, no Memorando nº 472/00-DSP/SES foi solicitado à participação de alguns servidores no III Congresso da Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST 3 in Fortaleza) realizado no período de 03 a 06 de setembro de 2000 no Centro de Convenções Edson de Queiroz - Fortaleza - CE."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folhas 807 e 808-ap)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F
2ª ICE-Div. Contas
Folha nº: 77
Proc. nº: 773/03
Rubrica

Nota Técnica nº 09/04: "A Entidade não se pronunciou quanto a adoção de medidas visando impedir a ocorrência de fatos análogos no futuro."; (f. 617-ap)

qq) subitem 8.4 - **Ausência de autorização do Governador e publicação do ato de concessão no DODF**, referentes a afastamentos de servidores do local de trabalho, contrariando o parágrafo único do art. 6º e o art. 7º do Decreto nº 21.564/00, Processos nºs: 060.005.338/00, 061.007.992/00, 060.005.589/00, 060.003.066/00, 061.004.865/00, 060.004.661/00, 060.003.728/00 e 061.007.960/00.

JUSTIFICATIVAS: "Encaminhei o memorando nº 016/2004 - Inventariante/FHDF, cópia em anexo, para o Senhor Secretario de Saúde tomar conhecimento e providências que julgar necessárias."; (Inventariante/FHDF - folha 806-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "Não consta a informação que a Unidade irá adotar doravante a nossa recomendação."; (f. 840-ap)

rr) subitem 9.2 - **Notas Fiscais não arquivadas no processo**, referentes às Notas Fiscais nºs 6445 a 6450 e 6286 da empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda., no valor de R\$ 715.299,20, Processo nº 061.001.012/00.

JUSTIFICATIVAS: "Solicitaremos o desarquivamento do processo 061.001.012/00, para verificarmos se as Notas Fiscais nºs 6445 a 6450 e 6286 da empresa Confederal Vigilância e Transporte ainda não constam no processo supra. Caso não encontrarmos, solicitaremos da citada empresa cópia da 3ª via autenticada, assim como solicitaremos a oitiva da Subsecretaria da Receita quanto aos demais procedimentos legais a ser tomados."; (Gerência de Contabilidade/DICOF - folha 782-ap)

Nota Técnica nº 09/04: "A Unidade irá adotar as providências conforme nossa recomendação.". (f. 840-ap)

6.2 O Secretário de Saúde, autoridade competente para a supervisão setorial, por meio do Ofício nº 655/2004-GAB/SES, f. 43, encaminhou o Processo nº 060.003.214/01 à esta Corte, atestando ter tomado conhecimento do Relatório e Certificado de Auditoria nº 112/2003-Controladoria e assegurando a regularidade da gestão e da Nota Técnica nº 09/2004-GEAPC resultante da análise das providências tomadas em atendimento às ressalvas e observações apontadas.

7. DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL

7.1 O Relatório de Auditoria nº 025/2001, fs. 654/656-ap, que tratou do Inventário de Bens Móveis em Uso da FHDF (em extinção), composto de 15 (quinze) volumes apensos, constatou as seguintes impropriedades:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F
2ª ICE-Div. Contas
Folha nº: 78
Proc. nº: 773/03
Rubrica

- Bens móveis não localizados e movimentação de bens: HRAN, HMIB, ISM, HBDF, HRBz e HRGu;
- Dificuldade de assinatura dos Termos de Responsabilidade: HRAN, HMIB, HRBz, HRS e ISM;
- Todas as Regionais apresentaram problemas e dificuldades de manter em ordem e atualizado sua documentação pela Chefia Imediata;

Verificou-se, ainda, as pendências:

- HMIB: desaparecimento de bens, apurados no Processo nº 061.028.152/95 (2096/00-TCDF);
- HRT: desaparecimento de itens do Programa Saúde em Casa, apurados no Processo nº 060.006.102/00 (1133/01-TCDF);
- HRBz: desaparecimento de bens, apurados nos Processos nºs 061.044.205/98 e 061.044.139/98;
- ISM: desaparecimento de vídeo-cassete, tombamento nº 141.113, apurado no Processo nº 061.006.505/00 (1070/01-TCDF);
- HRGu: desaparecimento de bens, apurados no Processo nº 061.047.298/98 (2096/00-TCDF);

7.2 O Relatório de Auditoria nº 026/2001, fs. 606/607-ap, que tratou do Inventário de Bens Imóveis em Uso da FHDF (em extinção), não destacou impropriedades.

7.3 O Relatório de Auditoria nº 032/2001, fs. 598/594-ap, que tratou do Inventário de Materiais Permanentes da FHDF (em extinção), informou que procedeu a conferência dos saldos levantados pela comissão, os quais não apresentaram divergências com as listagens de material permanente.

8. DAS ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

8.1 Os atos e fatos relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial, praticados na referida unidade orçamentária durante o exercício de 2000, foram convenientemente verificados mediante realização de inspeções especiais e programadas e apreciação dos documentos sistematicamente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F
2ª ICE-Div. Contas
Folha nº: 79
Proc. nº: 773/03
Rubrica

encaminhados a esta Casa ou publicados no órgão oficial de divulgação do Distrito Federal.

8.2. DAS CONTAS ANTECEDENTES

8.2.1 A Prestação de Contas Anual dos dirigentes da Fundação Hospitalar do Distrito Federal (Processo nº 1232/00), relativa ao exercício de 1999, encontra-se sobrestada até o deslinde dos Processos nºs 2422/99 e 3019/99, nos termos da Decisão nº 120/2003, fs. 45/46.

8.3. DOS PROCESSOS COM INFLUÊNCIAS NAS CONTAS

8.3.1 Em consulta realizada nos arquivos da Divisão de Contas da 2ª ICE e no sistema informatizado do Tribunal, localizamos alguns processos cujos julgamentos podem representar restrições nestas contas, a seguir discriminados:

8.3.1.1 Processo nº 3019/99 - Trata de Inspeção com o fito de examinar a legalidade do PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, colocado em prática por intermédio do Contrato de Gestão nº 063/99-PJ-FHDF, celebrado entre o Distrito Federal (SES e FHDF) e o Instituto Candango de Solidariedade – ICS, pelo prazo de 5 anos (8/4/99 a 7/4/2004), no valor para o exercício de 1999 de R\$ 29.688.000,00. O contrato foi firmado após dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93, c/c o artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei nº 2.177/98.

8.3.1.2 Pela Decisão nº 2665/2004, fs. 53/54, o Tribunal decidiu:

"I - considerar ilegal a contratação do Instituto Candango de Solidariedade – ICS realizada pela extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal - FHDF por meio do Contrato de Gestão nº 063/99, por: a) representar desvio à regra do concurso público insculpida no inc. II do art. 37 da Constituição Federal e no inc. II do art. 19 da Lei Orgânica do DF, decorrente da simulação de contrato de gestão, pois a seleção, treinamento e gerenciamento dos recursos humanos foi realizado pela entidade supervisora, nos termos da cláusula terceira do pseudo Contrato de Gestão nº 063/99-PJ-FHDF e não pela organização social contratada; b) não se enquadrar na hipótese de dispensa de licitação que deu suporte às contratações, ferindo, assim, o disposto no artigo 37, XXI da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F
2ª ICE-Div. Contas
Folha nº: 80
Proc. nº: 773/03
Rubrica

Constituição Federal e o artigo 2º da Lei 8.666/93; c) permitir o pagamento de taxa de administração, prática não prevista nas Leis nºs 2.177/98 e 2.415/99, além de incompatível com a natureza desses ajustes; d) permitir o pagamento de multas, juros e seguro de vida sem amparo legal, contrariando o princípio da legalidade insculpido no "caput" do artigo 37 da Constituição da República; II - tendo em vista a possibilidade de aplicação da multa prevista no artigo 57, II, da Lei Complementar nº 01/94, determinar a audiência para apresentação, em 30 (trinta) dias, de razões de justificativa: a) pelas irregularidades indicadas nas alíneas "a" e "b" do item I, anterior, do signatário do referido contrato de gestão, indicado no parágrafo 26, b, da instrução de fls. 227/242; b) pela irregularidade indicada nas alíneas "c" e "d" do item I, anterior, os responsáveis pela Diretoria de Contabilidade e Finanças da extinta FHDF e atual SES, durante a vigência do Contrato de Gestão 063/99; c) pela omissão em adotar providências quanto à cobrança das prestações de contas que comprovassem a adequada e regular aplicação dos recursos repassados ao Instituto Candango de Solidariedade, conforme previsto no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 2.415/99, no artigo 18 do Decreto nº 16.098/97 e na cláusula nona do ajuste, os executores do contrato de gestão em tela, indicados no parágrafo 26, a, da instrução de fls. 227/242;"

8.3.1.3 Verificamos que o signatário chamado em audiência, refere-se ao responsável por estas contas - Presidente da FHDF (em extinção) -, relacionado no item 1 desta Informação. Assim, os fatos tratados nos autos poderão ensejar irregularidades a estas contas.

8.3.2.1 Processo nº 493/98 - Trata-se de representação apresentada pela eminente Procuradora Drª CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, na qual solicita a realização de auditoria na Fundação Hospitalar do DF, para verificar a constitucionalidade das transposições de cargos autorizadas pela Lei nº 1.681/97.

8.3.2.2 Foi determinada inspeção na entidade, sendo os trabalhos realizados pela 2ª Inspetoria de Controle Externo. Em consequência, o Tribunal proferiu a Decisão nº 8205/01, f. 49, com o seguinte teor:

"I - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 064, 086, 164 e 489/2001-GAB/SES; II - determinar à Secretaria de Saúde que: a) suspenda os efeitos financeiros dos atos de transposição decorrentes da Lei 740/94, arts. 2º e 3º; b) reverta imediatamente as situações decorrentes das Leis 1500, 1681 e 1775/97, pois retiradas do ordenamento jurídico com a declaração de inconstitucionalidade pelo egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal; III - cientificar o Excelentíssimo Senhor Governador e a Procuradoria-Geral do DF acerca da análise da constitucionalidade das Leis 740/94, 1195, 1269/96, 1870, 1885/97, 1983 e 2052/98 a que se procede no feito, para, se quiserem, intervirem; IV -



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 81 Proc. nº: 773/03 Rubrica

autorizar a audiência dos responsáveis indicados no § 11 de f. 479 para, em trinta dias, apresentar razões de justificativa pelos atos praticados com fundamento nas Leis 1500, 1681, e 1775/97; V - autorizar o sobrestamento dos processos que cuidam das contas anuais da FHDF, relativas a 1998, 1999 e 2000, e da SES, relativas a 2000 e 2001.”

8.3.2.3 Por meio da Decisão nº 5129/02, f. 50, o Tribunal decidiu: "I. tomar conhecimento das razões de Justificativa apresentadas nos autos, em atendimento à Decisão n.º 8205/01, para, no mérito, considerar: a) procedentes aquelas apresentadas pelos então dirigentes da Fundação Hospitalar do Distrito Federal; b) parcialmente procedentes, as apresentadas pelos dirigentes da Secretaria de Saúde do Distrito Federal;". Portanto, os fatos apurados no feito em pauta, não alcançam os dirigentes da FHDF (em extinção).

8.4. DAS TCE's ENQUADRADAS NO ART. 14 DA RES. 102/98

8.4.1 Tendo em vista o processo de extinção da FHDF, a relação de tomada de contas especiais a que se refere o art. 14 da Resolução nº 102/98, foi apresentada nas Contas da Secretaria de Saúde, Processo nº 1070/01, que se encontra sobrestada até o desfecho do Processo nº 493/98, consoante Decisão nº 5872/03, fs. 51/52.

9. DA ANÁLISE/CONCLUSÃO

9.1 O Processo nº 060.003.214/2001, referente as contas da FHDF, período de 01/01 a 31/12/2000, está constituído das peças básicas exigidas nos art. 146 e 148 do RI/TCDF, à exceção do Relatório do Controle Interno sobre a eficácia e eficiência da gestão contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da entidade.

9.2 Registre-se que o Controle Interno tem encontrado dificuldades para estabelecer parâmetro para avaliar a eficácia e eficiência da gestão. Em razão disso, o Tribunal, por meio da Decisão nº 4794/2001, decidiu exigir o mencionado relatório somente a partir das contas referentes ao exercício de 2001.

9.3 Quanto aos subitens 2.1.8, 2.2.2, 2.2.3, 3.1, 4.2, 5.2, 7.1.2 e 9.3 por terem sido regularizados, referirem-se a exercícios distintos e/ou tratem-se de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F

2ª ICE-Div. Contas

Folha nº: 82

Proc. nº: 773/03

Rubrica

rotinas administrativas, bem como satisfatoriamente justificados, entendemos que os mesmos não têm magnitude para macular as presentes contas.

9.4 Relativamente às falhas abordadas nos subitens 2.1.1 a 2.1.7, 2.1.9, 2.1.10, 2.1.11, 2.2.1, 2.2.4 a 2.2.7, 3.2, 4.1, 4.3, 5.1, 5.3, 6.1 a 6.8, 7.1.1, 8.1 8.2, 8.3, 8.4, 9.1, 9.2 e 9.4 do Relatório de Auditoria nº 112/2003-CONTROLADORIA, a nosso ver, apresentaram-se relevantes tratando de pendências contábeis e fatos que podem inclusive gerar prejuízos ao erário, evidenciando a ausência de controle e/ou supervisão/coordenação mais eficaz por parte dos gestores, entendemos que as mesmas podem ensejar ressalvas e/ou irregularidades às contas. Assim, em atenção ao princípio da ampla defesa e do contraditório, o Tribunal poderá determinar a audiência dos gestores e demais responsáveis por estas contas para apresentarem justificativas quanto às falhas contidas nos referidos subitens, com vistas a possível aposição de ressalvas e/ou irregularidades às contas.

9.5 Com relação ao subitem 2.2.6 - **Ausência de pagamento de Previdência Social de prestadores de serviços sem vínculo**, tendo em vista a ocorrência de pagamento de multas e juros, a SES deve ser alertada no sentido de adotar a recomendação da Controladoria para a instauração de TCE

9.6 Registre-se, também, que, no tocante às falhas apontadas no Relatório de Auditoria nº 112/2003-CONTROLADORIA, deixaremos de sugerir qualquer providência dessa Corte por entender que as recomendações formuladas por aquela Controladoria apresentaram-se suficientes como medidas de controle.

9.7 Tendo em vista a abertura de audiência aos dirigentes destas contas, a ser sugerida, entendemos por aguardar a próxima análise dos autos, para posicionarmos sobre os processos que poderão sobrestar o julgamento de mérito da presente PCA.

9.8 Considerando que não há mais necessidade de consultas ao Inventário Patrimonial, composto de 15 (quinze) volumes, entendemos que o Tribunal possa devolvê-lo à origem.

9.9 Diante do exposto, sugerimos ao E. Plenário que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
2ª ICE – DIVISÃO DE CONTAS

T C D F 2ª ICE-Div. Contas Folha nº: 83 Proc. nº: 773/03 Rubrica

- I. tome conhecimento da Prestação de Contas dos dirigentes da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, relativa ao período de 01/01 a 31/12/2000;
- II. releve a ausência do relatório do Controle Interno sobre a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, previsto no art. 146, inciso IX, do RI/TCDF e o atraso no encaminhamento das contas;
- III. determine à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, caso ainda não o tenha feito, que instaure Tomada de Contas Especial com vistas a apurar as notificações do INSS em virtude da ausência de pagamento de Previdência Social de prestadores de serviços sem vínculo empregatício, no valor de R\$ 24.574.062,39, apontado no subitem 2.2.6 do Relatório de Auditoria nº 112/2003-CONTROLADORIA;
- IV. autorize a audiência dos responsáveis e Inventariante, relacionados no item 1 desta Informação, para apresentarem justificativas quanto às falhas contidas nos subitens 2.1.1 a 2.1.7, 2.1.9, 2.1.10, 2.1.11, 2.2.1, 2.2.4 a 2.2.7, 3.2, 4.1, 4.3, 5.1, 5.3, 6.1 a 6.8, 7.1.1, 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 9.1, 9.2 e 9.4 apontados no Relatório de Auditoria nº 112/2003-CONTROLADORIA, com vistas ao julgamento das contas;
- V. determine a devolução à SES dos 15 (quinze) volumes referentes ao Inventário Patrimonial.

À superior consideração.
Brasília, 05 de julho de 2004.

Raimundo Nonato F. da Silva
AFCE 202-0

De acordo com as sugestões apresentadas.
À consideração do Sr. Inspetor.
Em __/07/2004

Adalton Cardoso Flores
2ª ICE - Divisão de Contas
Diretor